

**AS VIOLÊNCIAS COMO FORMA DE  
RECONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE E EMPODERAMENTO  
DA SUBJETIVIDADE COMPLEXA NO *CLUBE DA LUTA***

**TIAGO MEYER MENDES<sup>1</sup>  
ALFREDO COPETTI NETO<sup>2</sup>**

**RESUMO:** O presente ensaio analisa o reconhecimento do indivíduo como um fundamento básico da coexistência humana no complexo mundo globalizado da contemporaneidade. Analisa também as relações de alteridade e subjetividade nas relações de reconhecimento e, da mesma forma, como a luta por reconhecimento é por vezes uma luta de poder. Destaca ainda as formas de violência em relações líquida onde prevalecem sentimentos de vazio, em que pese há a crença de viver uma vida completa. Ademais, verifica-se como a subversão, a violência e o terrorismo tornam-se meios de promover um reconhecimento, mesmo que não ortodoxo, os quais modificam o grupo, ou o indivíduo, importante em um paradoxo de exceções.

**PALAVRAS-CHAVE:** consumismo; identidade; reconhecimento; terrorismo; violência.

## **1 INTRODUÇÃO**

Atualmente vive-se em um mundo globalizado, onde os meios de vida detêm uma liquidez jamais vista antes. As formas de relação interpessoais se alteram com o passar dos anos e cada vez mais os indivíduos buscam significados para suas existências, crendo que formas pré-moldadas poderão satisfazer subjetividades complexas, desejos viscerais e projetos de vida que sonham em não serem estereotipados.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Direitos Humanos na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul – FAPERGS. Bacharel em Direito pelo Instituto Cenecista de Ensino Superior de Santo Ângelo – IESA.

<sup>2</sup> Mestre em direito público Unisinos, Doutor em Teoria do Direito Roma Tre. Cumpriu Estágio Pós-doutoral no PPG-D Unisinos (PDJ/CNPQ). Professor Permanente no PPG-D Unijuí. Professor Adjunto na Universidade Estadual do Paraná (UNIOESTE).

Neste sentido, a sociedade tornou-se uma sociedade de consumo, a qual o mercado, a mídia e o Estado prometeram grandeza a todos, entretanto com o passar dos anos em trabalhos pouco ou nada satisfatórios, os cidadãos começam a perceber que a promessa da grandeza não será cumprida, mas neste momento a maioria apenas se conforma e prossegue vivendo uma vida banal, ainda com o sonho adormecido, que entretanto só os faz frustrarem-se.

Este desamparo gera desejos e estes são o motor da vida, todavia, com a banalização da repressão dos desejos e com a passividade dos indivíduos (um mal-estar de modernidade), as pessoas afundam-se em seus sofás e continuam replicando a forma “confortável” de dominação, o sentimento de rejeição os leva a não buscarem soluções para seus sonhos, somente remédios paliativos como o consumismo, televisão, pequenos prazeres (como comida e o sexo), dentre outros.

Percebe-se estes sujeitos como “desajustados”, pois não são integralmente parte da sociedade, em que pese são as engrenagens que promovem o movimento dela. Desta forma apresenta-se o Clube da Luta. O clube é um local de promoção da liberdade através da violência e a violência é uma forma primitiva de (re)estabelecer o domínio, bem como, uma forma de empoderamento social, moral e de construção ou apresentação de uma identidade em meio a uma modernidade complexa, onde luta-se por individualidade, com pouco espaço para o diferente, o subversivo e o destoante.

Com a libertação promovida pelo Clube da Luta, o sujeito passa a reconhecer-se naquele meio onde é reconhecido. A subversão trazida pela violência e pela profanação da integridade física o faz existir, sentir um novo tipo de prazer que lhe sacia os desejos. Não mais o sujeito está desamparado, pois passa a fazer parte de alguma coisa, algo maior que uma vida fútil de perseguição de um ideal utópico.

O Projeto Desordem e Destruição constitui um terrorismo sem rosto, de indivíduos que em comunidade buscam sua unidade individual e sua representação na sociedade. A falta de abertura da sociedade contemporânea leva os desajustados a cometerem crimes e buscarem através da subversão o reconhecimento.

O livro *Clube da luta* de Chuck Palahniuk interpela diversos enfoques de temas do direito, da filosofia e da sociologia, que vão desde a identidade, reconhecimento, alteridade, ao sentimento de sentir-se cheio (mesmo em uma vida vazia) por intermédio do consumismo, o terrorismo sem face em uma ordem de guerrilha urbana e a violência que vai além da física tornando-se visceral, até que o sujeito torna-se somente violência.

Com o presente artigo, busca-se expor a conceitualização de um reconhecimento não ortodoxo, o reconhecimento subversivo, persegue-se também apresentar a construção simbólica da identidade e do sentimento de pertença do indivíduo e respeitando sua alteridade, incluindo-o em uma comunidade que o protege. Nem que os vínculos que precisam ser estabelecidos para esta conexão sejam a violência, o crime e o terrorismo.

## **2 RECONHECIMENTO, SUBJETIVIDADES E EMPODERAMENTO**

O mundo globalizado dotado de uma liquidez de valores, de relações, de exemplos e, pode-se dizer, de sentido, aponta para um horizonte de uma falsa promessa de sonhos enlatados, onde o indivíduo se torna, se comporta e age crendo que está escolhendo entre as inúmeras opções de vidas, entretanto apenas é uma pequena engrenagem da máquina, individualmente irrelevante, porém coletivamente preponderante.

No mundo contemporâneo, fruto de uma globalização e todos os seus efeitos - como a comunicação em tempo real, o comércio mundial, as organizações e empresas transnacionais com atuação em praticamente todo o planeta - a criação de uma identidade somente atribuída ao Estado, seus conceitos de nação ou a conexão do sujeito a um local específico do seu país não são mais o suficiente para representar àquilo que as pessoas são, tampouco, a forma como elas anseiam ser representadas (BAUMAN, 1999).

A complexidade da identidade atual é relacionada diretamente pela dificuldade da aceitação do outro e seu eventual reconhecimento, as relações por vezes passam a

ser conflitantes, pela fragilidade de identidades fixas e previsíveis, vez que, a conexão do sujeito não se vincula mais a uma forma tradicional e linear de modo de vida, cultura, relações, dando espaço para indivíduos cada vez mais multifacetados, próximos em alguns sentidos e díspares em outros (HONNETH, 2003).

Neste viés se pode afirmar que o sentimento de pertença configura a identidade, como uma de suas tantas peças de construção e, sendo uma das principais desde sua gênese (CAMPILONGO, 2000). O pertencimento não possui somente vínculos com a cidadania e o Estado, pois é relacionado intrinsecamente com a religião, a qual o indivíduo professe sua fé, questões de identificação cultural, bem como, orientações e definições políticas, sexuais, dentre outras, que compõe o sujeito.

O sentimento de pertença, desta forma, pode ser logo relacionado a questões jurídicas e de soberania, como o Estado e sua constituição, metafísicas, como a religião, políticas, como orientação de participação efetiva e ligações com determinados ideais de formação social, bem como sociológicas e filosóficas, vinculadas as suas relações culturais e preferências diversas.

O pertencimento a comunidades criadoras de conceitos como “nós” e “outros” entre vários “eus” diferentes, algumas vezes promove, mesmo que de forma velada, dificuldades de aproximações entre indivíduos e culturas, desrespeitando a alteridade e por vezes encerrando os “seus” da convivência com os demais (DOUZINAS, 2009).

Ao passo que o mundo buscou uma revolução iluminista de sentido e individualidade, com o homem sendo o seu próprio “deus” que devesse prestar contas a relações terrena e não metafísicas, em algum momento desta mudança as rédeas trocaram de mãos e o sacro-homem, objeto de sua própria veneração passou a amar uma nova e difusa divindade: o mercado.

A partir deste momento a necessidade de consumo passou a inverter os papéis, de um momento inicial onde o homem comprava por necessidade, ele passa a ter a necessidade de comprar. Torna-se escravo do que os objetos significam para os outros (e para ele), transformando a si mesmo em mercadoria “você fica preso em seu belo

ninho e as coisas que costumavam ser suas agora mandam em você” (PALAHNIUK, p. 50, 2012).

A retroalimentação provocada pelo consumo é uma estratégia eficaz, pois cria uma relação perfeita entre o “ser alguém para ter tal objeto” e o “ter tal objeto exclusivo para ser alguém” (LACAN, 1995). Prisões de status e cifras agrilhoam as liberdades de escolhas dos produtos, em uma infinidade deles, o sujeito precisa aceitar que um ou outro “o define como quem ele é” e passa a ser o que aquilo promete que ele será, pelo menos por um tempo acredita-se nesta ilusão, até precisar de algo novo para se definir melhor, ou definir-se o novo eu. “Nossa cultura nos fez sermos todos iguais. Ninguém mais é verdadeiramente branco, preto ou rico. Todos queremos a mesma coisa. Individualmente não somos nada” (PALAHNIUK, p. 167, 2012).

Neste sentido, passa-se a buscar sua posição no mundo por meio daquilo que se tem, desde roupas até a bebida que consome, desde o sofá até o aparelho de jantar, tudo isto, espera o indivíduo, que o acompanham subjetivamente e preencham o vazio que a liquidez da vida moderna deixou na vida, afetando o psicológico (BAUMAN, 2010).

E consumir passa a ser o meio de ser reconhecido como cidadão, para subjetivamente empoderar-se de direitos. De acordo com o parecer de Darcisio Corrêa (2010, p. 25) a cidadania “tem a ver fundamentalmente com a participação na comunidade política na qual o cidadão é inserido pelo vínculo jurídico”, essa posição deve ser avaliada na contemporaneidade, sobretudo em razão do novo papel do Estado na sociedade e da universalidade dos direitos humanos.

A cidadania também necessita ser analisada como uma relação dada pelo e através do Estado, quando este reconhece o indivíduo como cidadão, onde o sujeito passa a ser detentor de direitos sob os auspícios estatais.

Desta forma a cidadania, bem de grande valia do ser humano, cada vez mais relaciona-se ao consumo, nas palavras de Nestor García Canclini (2008, p. 29), em sua obra *Consumidores e cidadãos*:

Estas [formas de exercer a cidadania] sempre estiveram associadas à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-

los, mas supunha-se que essas diferenças eram compensadas pela igualdade em direitos abstratos que se concretizava ao votar, ao sentir-se representado por um partido político ou um sindicato. Junto com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem. Homens e mulheres percebem que muitas das perguntas próprias dos cidadãos – a que lugar pertence e que direitos isso me dá, como me informar, quem representa meus interesses – recebem sua resposta mais através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos.

Na sociedade de consumo que convive-se, mais o indivíduo espelha-se aos seus bens, aos seus objetos, na busca pela identificação da pertença, do posicionamento em um ou mais grupos, com a latente necessidade de ter para pertencer (BAUDRILLARD, 2012). Cada vez mais o sujeito pertence aos seus bens e desta forma passam a ser os seus bens que lhe pertencem, tornando-o indissociável da manutenção do consumo para continuar pertencendo a um grupo e aos seus próprios bens.

Reconhecer-se se transformou em algo problemático, foge-se de tornar-se estereotipado, busca-se e necessita-se a singularidade, sentir-se ímpar, único e exclusivo, entretanto não se quer enfrentar a adversidade de ser o diferente, aquele que no subconsciente da coletividade é o “outro”, aquele que não pertence ao grupo do “nós” (HONNETH, 2013). Desta forma entrega-se a liberdade e a singularidade em prol da coletividade e do reconhecimento (RESTA, 2014).

A relação do ser humano com o outro sempre nasce de um conflito, toda relação interpessoal nasce de um conflito. As relações explicam a própria existência humana. Inicialmente o outro é aquele que vem ameaçar a “zona de conforto” do indivíduo, que pode desejar o que lhe é desejado e usurpar-lhe estes objetos, triunfando desta forma na conquista por algo (MULLER, 1995).

Concernente a privação da relação com outra cultura, e afastamento do outro pela diferença, Jean-François Lyotard *apud* Costas Douzinas (2009, pg. 155), alega que “banir um estranho é banir a comunidade, e bane-se a si mesmo da comunidade desse modo”. O encerramento de uma cultura às demais, bloqueia ao intercâmbio, inclusive, de benefícios culturais oriundos de outras formas de pensamento.

O outro, mesmo não se portando de forma agressiva, causa o conflito para a aceitação da diferença, para o reconhecimento e para a alteridade. Paradoxalmente somente na presença do outro que pode-se pensar em uma relação de “nós”, pois o grupo só consegue se definir mediante a presença do diferente, só a partir da observação de algo “não igual” que chega-se ao conceito de “igual”, somente com a existência do “externo” que nasce o reconhecimento do “interno” (HABERMAS, 2007).

E o consumismo cria esta noção de “nós” e “eles” através da capacidade econômica de aquisição de bens, do que se consome e onde se consome, dando gênese a grupos fechados de compradores que ao adquirir passam a compreender-se de forma a hibridizarem-se com o que adquiriram. Subjetivamente torna-se o objeto, neste momento a relação lógica de “ser” e “ter” transforma-se em “ter” e “ser”.

Os indivíduos “desajustados” que apesar de serem consumidores, pagarem tributos, possuírem empregos no mercado de trabalho, são renegados de serem alguém e é onde o Clube da Luta abarca a todos. Transforma-se em uma comunidade fechada, onde estes passam a serem reconhecidos, criam laços de solidariedade, fraternidade e alteridade entre eles. Os ferimentos os fazem serem reconhecidos nas ruas, começam a perceber futuros membros. A violência os une. A subversão os faz serem alguém no meio da multidão. Mesmo que considerados inimigos. “Enquanto permanecer no clube da luta você não é definido por quanto dinheiro tem no banco. Você não é o seu trabalho. Não é a sua família nem é quem acha que é” (PALAHNIUK, p. 178, 2012).

No instante em que as identidades perdem o cunho moral estabelecido pelas éticas sociais, que a transformavam em algo inerente do ser humano, a relação de sentimento de pertença, a algum lugar, religião, comunidade, determinada cultura ou grupo, torna-se essencial, para o estabelecimento do conceito de “nós” e a garantia de que esse grupo fornece ao “eu” (LUCAS, 2010).

No livro Clube da Luta os modelos de vida do *American way of life* não controlam aquele grupo, quando eles tornam-se membros do Clube da Luta, sentir-se dentro de alguma coisa os transforma em uma unidade, passam a ter a sensação de “nós” e poder sentir que estão incluídos em algo, não são mais, como sempre foram os

excluídos. Na coletividade construída no clube eles extravasam as frustrações por meio da violência.

Para Bauman (2003), no mundo contemporâneo, onde formas fragilizadas dos conceitos de lealdade e de vínculos mais profundos há uma transitoriedade permanente, onde tudo escorre pelas mãos, nada mais é certo, e sim vazio, mutante e líquido. Com essas mudanças constantes os sujeitos passam a buscar formas de garantia da segurança e nisso, os retornos a ideias de comunidade tornam-se atrativos, pois estabelecem uma segurança nas constantes dicotomias que levam as incertezas.

E ao perceberem-se como “rejeitados” e entenderem-se desta forma, os membros o clube da luta passam a reagir de formas diferentes, a desconstruir as promessas do governo e da mídia que o consumo os faria heróis e decidem assumir uma posição de participação em meio a sociedade (PALAHNIUK, 2012).

As pessoas em que você quer pisar, nós, somos as pessoas das quais você depende. Somos nós que lavamos suas roupas, preparamos sua comida e servimos seu jantar. Arrumamos sua cama. Cuidamos de você enquanto dorme. Dirigimos as ambulâncias. Passamos as suas ligações. Somos cozinheiros e motoristas de táxi e sabemos tudo sobre você. Processamos seus pedidos de seguro e gastos do cartão de crédito. Controlamos todas as partes da sua vida. Somos os filhos do meio da história, criados pela televisão para acreditar que algum dia seremos milionários, astros de filmes ou da música, mas não seremos. E estamos entendendo isso agora (p. 206).

Na mesma vereda, o empoderamento das classes economicamente desprivilegiadas é uma forma de conquista do direito da multidão. “Apesar da infinidade de mecanismo de hierarquia e subordinação, os pobres estão constantemente expressando uma enorme força de vida e produção” (HARDT; NEGRI, p. 175, 2005).

Entretanto, a busca de mudança de perspectiva é necessária para o avanço da sociedade e para o reconhecimento das relações, logo, “precisamos reconhecer que os pobres não são apenas vítimas, mas também agentes poderosos” (HARDT; NEGRI, p. 175, 2005). Tanto que há uma crítica quanto a colocação dos membros do clube, “vejo os homens mais fortes e inteligentes que já viveram [...] esses homens estão enchendo tanques de carros e servindo mesas” (PALAHNIUK, p. 186, 2012).

Ainda deste sentimento de abandono, pode-se apresentar o abandono pelo sagrado, a profanação dos humanos para que possam reassumir o controle de suas vidas “Tyler achava que conseguir chamara a atenção de Deus sendo mau era melhor do que não conseguir atenção nenhuma. Talvez porque seja melhor o ódio de Deus do que a indiferença Dele” (PALAHNIUK, p. 176, 2012). O sentimento de desamparo amplia-se, causando uma tristeza psicológica que precisa ser suprida.

Somos os filhos do meio de Deus, de acordo com Tyler Durden, e não temos lugar especial na história nem atenção. A menos que consigamos chamar a atenção de Deus, não teremos a menor chance de danação ou redenção” (p. 176).

Neste caminho, os membros do clube da luta passam a agir em condutas criminosas, criando o Projeto Desordem e Destruição, para serem reconhecidos pela sociedade, adentrarem no sistema de leis, mesmo que como infratores. Atingir o “o desastre é uma parte natural da minha evolução – Tyler sussurrou – rumo à tragédia e a dissolução” (PALAHNIUK, p. 136, 2012). Por meio da profanação do sagrado e da cultura contemporânea, os membros do clube estavam chamando atenção de Deus e receberiam a danação, que parece substancialmente mais importante que a indiferença.

### **3 VIOLÊNCIAS, TERRORISMO E ESTADO DE EXCEÇÃO**

A violência é uma forma primitiva de conquista ou reconquista de dominação. Quando outros meios e empoderamento falham ou não são conhecidos pelo agente, ele vale-se da violência para assumir uma posição e dominar aqueles os quais ele consegue. “A meta era ensinar cada homem no projeto que ele tinha poder para controlar a história. Nós, cada um de nós, pode controlar o mundo” (PALAHNIUK, p.152, 2012). Neste sentido, a violência gera uma espiral crescente, no sentido que agir violentamente provocará outras formas de violência.

Ao momento em que a violência é legitimada como direito do homem, não mais se poderá desobrigar alguém de recorrer a este direito, ampliando o efeito de espiral crescente da violência (MULLER, 1995). Acaba que a ideologia da violência permite

com que indivíduo justifique a sua violência. Deste modo, a violência transforma-se em uma fatalidade banalizada como o método mais simplificado de resolução de conflitos.

O conflito é a gênese das relações interpessoais. As relações humanas constituem a subjetividade e a personalidade, explicando a própria existência humana, sendo que esta não é apenas viver (ou sobreviver), mas, viver com os outros. O ser humano essencialmente é um ser coletivo (MULLER, 1995).

Ademais, necessário ressaltar que existem diversas formas de violência: violência física (aquela que atenta contra a integridade física e a vida do sujeito), violência psicológica (aquela que agride o indivíduo de maneira subjetiva e psicossocial), violência moral (a qual abusa do sujeito em seus princípios éticos e de conduta ou o coage hierarquicamente), dentre outras. Logo, o ato de violentar é sempre um ato complexo, o qual parte do ser humano, revestido de vontade ou não.

A agressividade pode ser benéfica ou maléfica, destruidora ou criadora, pois se trata de um poder de combatividade e de afirmação da própria personalidade humana. A agressividade interage com o medo, levando em conta que o medo não é uma vergonha, sendo ele uma técnica de sobrevivência. Todavia, dominar o medo, assim como, as emoções e paixões que ele suscita, permite exprimir a agressividade de uma forma benéfica e criadora (MULLER, 1995).

A violência é uma pronta satisfação do desejo advindo do ódio. Viver é uma luta pela existência. A existência complexa tem a ver com defender os direitos básicos próprios, bem como, daquela comunidade à qual se é solidário (ZIZEK, 2012).

A violência é banalizada e tornou-se a forma mais instantânea de resolução de conflitos. Por vezes a violência e a subversão estão interligadas, nos momentos em que o indivíduo vale-se da violência destrutiva para buscar destruir um modo de convivência estipulado no cotidiano, pelos principais agentes norteadores do mundo globalizado, como o mercado, a mídia, o estado, uma cultura dominante, dentre outros. “Conflitos, como diferentes de outras formas de interação, sempre envolvem poder, e é

difícil avaliar o poder relativo dos contedores antes do conflito ter estabelecido o item”<sup>3</sup> (LEWIS, p. 134, 1965).

Precisa-se notar que mesmo formas sutis representam violências, muitas vezes simbólicas, cita-se o mercado como uma forma tradicional de violência, já que este imputa desejos inalcançáveis e, se todo conflito nasce de um desejo, e a deformação do conflito transforma-se em violência, pode-se perceber que esta afirmação está correta. Ainda, como violência simbólica do mundo globalizado, nota-se as características de moda e beleza estipuladas por indústrias do entretenimento, cosméticas e pornográficas, as quais criam um patamar praticamente inatingível pelo ser humano comum, o qual não tem capacidade econômica, nem sequer tempo para alcançar esse padrão.

Ademais, a violência é uma forma de extravasar frustrações. Trata-se de uma forma simplória de conquistar um espaço em meio à multidão. Toda vez que se violenta alguém, isto representa, segundo Kant (2008), uma forma de desumanizar o indivíduo, estabelecendo uma nova relação de poder, onde um percebe-se mais “humano” que o outro. Já na violência promovida pelos crimes de roubo, não se subtrai do outro apenas o objeto, entretanto subtrai-se o que aquele objeto representa.

Em meio a um grupo, a violência precisa ser aceita para ser replicada. A violência precisa ser uma característica daquela “comunidade” para que esta seja utilizada dentro e fora do grupo, conquanto aquele que promover a violência em um grupo no qual não a aceita como resolução de conflitos tende a ser excluído do deste convívio, entretanto, ao ser aceita a violência por um grupo, este irá potencializar a violência por um “efeito manada”,

Algumas das perspectivas do homem sobre a violência são psicoculturais em origem, o resultado de padrões de socialização que encorajam ou desencorajam os cartazes exteriores de agressão e de tradições culturais que sancionam respostas coletivas violentas e várias espécies de carências. Estas perspectivas são atitudes recalcadas sobre, ou predisposições normativas para a violência (MACKENZIE, 1978, p. 156).

---

<sup>3</sup> Tradução livre do inglês para o português.

Nesta lógica, em um grupo violento, o membro do grupo que não replica a violência acaba por ser excluído do grupo, logo, a violência torna-se a medida de conexão com esta coletividade. Gerando por seus membros cada vez mais abusos, que explicitam normalmente à relação daquele membro e sua fidelidade ao grupo. Assim, “hordas” de indivíduos que assumem um caráter primitivo de conquista, acabam buscando a aceitação deste grupo por meio da imposição agressiva (ENRIQUEZ, 1995) Em pouco tempo, a única coisa que o grupo representa e a única forma que se faz representar é através da violência.

Cria-se, desta forma, a sensação que quanto mais primitivo o grupo, mais violento ele será, deixando o status de grupo para assumir um status de horda. Migrando de uma vida complexa, considerada avançada, uma *bios*, a vida em sociedade que tenta proteger-se do caos, para uma *zoe*, sendo esta uma vida caótica, primitiva, subversiva, onde impera um animalismo e a vida nua, permanecendo-se em constante estado de exceção (AGAMBEN, 2002).

Há um prazer nefasto em profanar, subverter a sociedade e disseminar o caos entre aqueles que o veneram e o promovem. Quando um grupo apropria-se deste caráter subversivo, ao causar intranquilidade e medo na sociedade, este atinge seu objetivo (BECK, 1992). “Temos que mostrar a esses homens e mulheres a liberdade, e faremos isso escravizando-os. Mostraremos a eles coragem ao assustá-los.” (PALAHNIUK, 2012, p.187).

Esta é uma forma de protesto político, por vezes anárquico, contra os moldes promovidos pelas violências simbólicas da contemporaneidade.

Quando Tyler inventou O Projeto Desordem e Destruição, ele disse que a meta não tinha nada a ver com outras pessoas. Tyler não se importava se outras pessoas se ferissem ou não. A meta era ensinar cada homem no projeto que ele tinha poder para controlar a história. Cada um de nós pode controlar o mundo (PALAHNIUK, 2012, p. 152).

Após certo tempo clube da luta transforma-se em Projeto Desordem e Destruição, onde une diversos indivíduos como um exército de guerrilha. Este grupo busca destruir as matizes da sociedade contemporânea, corrompendo seu sistema econômico e sua história, os quais representam violências simbólicas contra a maior parte da população,

já que esta parte, em que pese seja a que mantém, nunca consegue alcançar o fim do *American Dream*, tornando-se escravos de um sistema que eles próprios mantêm, todavia, os destrói,

Há uma categoria de homens e mulheres jovens e fortes que querem dar a própria vida por algo. A propaganda faz essas pessoas irem atrás de carros e roupas de que elas não precisam. Gerações têm trabalhado em empregos que odeiam para poder comprar coisas de que realmente não precisam. – Não temos uma grande guerra em nossa geração ou uma grande depressão, mas na verdade temos, sim, é uma grande guerra de espírito. Temos uma grande revolução contra a cultura. A grande depressão é a nossa vida. Temos uma depressão espiritual (PALAHNIUK, 2012, p. 186).

Ao assumir este caráter de arauto do caos, o Projeto Desordem e Destruição acaba se tornando uma espécie de terrorismo. O terrorismo é um inimigo líquido da ideologia de segurança e tranquilidade que o Estado promete aos seus cidadãos. Líquido, pois age de forma surpreendente, simbolizado por signos, marcas, nomes, entretanto não é um inimigo com face e o qual segue um padrão, representando uma maior insegurança perante a incerteza do que ocorrerá a seguir. “Do mesmo jeito que o clube da luta faz com escriturários e bilheteiros, o Projeto Desordem e Destruição quebrará a civilização para que possamos fazer do mundo um lugar melhor” (PALAHNIUK, 2012, p. 155).

Quando uma determinada quantidade de pessoas age de forma desorganizada, elas não passam de uma multidão, conquanto que quando passam a organizarem-se, tornam-se um grupo, neste momento passam a ter força de alterar e manipular a organização estatal e deteriorar as relações institucionalizadas pela sociedade (HARDT; NEGRI, 2005, p. 175). No momento em que buscam subverter a ordem por meio de atos violentos contra símbolos de status e poder, pouco se importando com os efeitos colaterais e se atingirão outras pessoas, este grupo passa a agir de forma terrorista.

O terrorismo pressupõe a busca da quebra de uma hegemonia de convivência harmônica de um grupo de pessoas de uma sociedade, de uma cultura ou de um Estado. Utiliza-se da violência em diversos sentidos, desde a agressão para imputar o medo, como também para se fazer ser visto e reconhecido. O terrorismo persegue

estipular um estado e exceção no seu adversário, tornando-lhe as relações caóticas e inseguras (ZIZEK, 2014).

Ademais, faz-se meio de terrorismo a profanação daquilo que é percebido por certa sociedade como sacro. De forma subversiva, tenta-se corromper o viés de divino e eterno. Neste sentido, os alvos do terrorismo são os objetos, locais ou construções, os quais representam os símbolos daquilo que se busca destruir. Colocar a cultura em choque sempre é um objetivo.

Com a profanação destes espaços através da violência, espera-se que estas saiam da posse pelo divino e retornem à posse dos humanos. Ao retornar à posse dos humanos, eles poderão repensar a sua relação com estes objetos. Somente ao sacrificar-se algo, que isto pode novamente ser compreendido como pertencente ao homem, desta forma o homem pode destituir o poder, outrora divino, de instituições, objetos e locais (AGAMBEN, 2008).

A reconquista do sagrado por meio da subversão é uma forma de demonstrar que não há preceitos imortais e indestrutíveis. Desde as matizes do iluminismo, o homem colocou-se na posição de Deus, entretanto, busca de forma constante justificar relações, atitudes, ações, os quais necessitam de um poder dominante. Desta forma, a maior parte da sociedade entende confortável a manutenção de poderes superiores, sacros, que lhe trazem conforto e justificativa em suas atitudes.

Com símbolos de poder que parecem ser eternos sendo destruídos, instaura-se o medo e, em um nível maior de medo, instaura-se o estado de exceção (ZIZEK, 2014). Paradoxalmente, o estado de exceção causa mais medo, visto que quebra as garantias tão fundamentais para uma vida fora do caos. Compreende-se que no mundo atual diversas culturas coexistem, entretanto, quando uma cultura apresenta-se subversiva, retira as demais de sua zona de conforto, pois ameaça-lhes a manutenção do modo de vida secularizado e esta mudança causa agonia aos seres humanos (ZIZEK, 2003).

O indivíduo que compõe este mundo da contínua exceção é chamado por Agamben (2008) de *Homo Sacer* e vive em um estado de não-lei, ou de força de lei opressora,

o *Homo sacer* de hoje é o objeto privilegiado da biopolítica humanitária: o que é privado da humanidade completa por ser sustentado com desprezo. Devemos assim reconhecer o paradoxo de serem os campos de concentração e os de refugiados que recém ajuda humanitária as duas faces, “humana” e “desumana”, da mesma matriz formal sociológica (ZIZEK, , 2002, p. 111).

O direito é uma busca por garantias de relações interpessoais. A positivação do direito representa a ideologia de que todos são revestidos de direitos garantidos, efetivos, válidos e conhecidos, e se usurpados destes direitos, aquele que atentou contra o seu direito sofrerá as sanções decorrentes de seus atos. Cria-se a ilusão que não haverá crime impune e que a responsabilidade norteará os atos. O próprio direito estipula relações de poder e é uma forma de manutenção do poder secularizado em instituições.

De acordo com Locke, a liberdade para lutar pelo equilíbrio de poder, utilizando-se as forças em busca de uma justiça social, passa a ser direito constitutivo de ter direitos constituintes a uma sociedade menos fragmentada e violenta (MULLER, 1995).

O Estado vive em uma relação de poder, garantido e efetivado por uma violência legitimada. Assim, a violência passa a ser um coerente meio de dominação. A missão específica do estado é estabelecer, manter e, se necessário, restabelecer a “paz”, garantindo segurança para os cidadãos, custe o que custar.

O Estado necessita de “garras e dentes” e a violência torna-se a forma de manter este “Leviatã” no poder, confundindo a vontade do estado com a vontade do Povo por meio da coação. Isto pode ser realizado por meio de diversas formas de violência que são exercidas, entre elas pode-se citar o contrato social e a democracia.

O direito só têm sua gênese, mediante a existência de uma força reguladora que pode lhe implementar, seja através de uma sanção ou por meio de um “poder” de tornar justa uma relação injusta anteriormente. Neste viés, a força não é a violência, e só pode-se pensar em convivência harmônica em um cenário de reconhecimento, efetividade e legitimidade da força como promotora de justiça (MULLER, 1995).

Já em um estado de exceção, nem mesmo o direito é uma garantia. Quando corrompe-se o próprio mantenedor e instituidor de garantias das formas de poder,

rompem-se de forma fundamental as relações e limites das forças de poder que regem a sociedade, ampliando um desequilíbrio que gerará injustiças. Nessa perspectiva tem-se que a justiça é o equilíbrio dos poderes.

O estado de exceção busca a continuidade de existência de uma sociedade, devendo fazer todo o possível para que isto ocorra (AGAMBEN, 2008). Nesta vereda não há mais uma preocupação com a justiça e, da mesma forma que o terrorismo, o estado de exceção por meio da coerção e força, age de forma a negligenciar os danos colaterais em prol de um objetivo central. Reproduzindo a máxima maquiavélica de que os fins justificam os meios.

Torna-se dessa forma uma dicotomia de como o próprio direito prevê um estado de “não-direito” (AGAMBEN, 2008). E como o estado de exceção, que busca a manutenção da sociedade, vale-se de alguns meios de conquista e reconquista do poder, os mesmos do próprio terrorismo, como a violência e uma relação de medo com a sociedade, medo tanto por meio da agressividade, quanto por meio da falta de garantias e de relações duradouras.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mundo atual baseia-se em uma promessa de liberdade que não se cumpre. Além de sonhos que não serão realizados, porém promovidos a exaustão pelos meios de manipulação de massas. Mesmo o mais desajustado acaba promovendo e aceitando o discurso da sociedade atual, entretanto, pode-se perguntar até que ponto esses desejos não cumpridos são benéficos à sociedade? E se são destrutivos, por que replicá-los incessantemente?

Estas são questões trazidas no livro *Clube da luta* e que tentam ser desconstruídas por Tyler Durden em uma jornada de auto conhecimento em uma complexa e visceral relação intrapessoal.

O consumismo é uma primeira forma de reconhecer-se e se fazer reconhecer. Uma forma institucionalizada, aceita e replicada pela sociedade, a qual mantém o cidadão na zona de conforto, pois por uma relação de mimetismo em pouco tempo

todos estão agindo iguais e desejando as mesmas coisas. Entretanto, o consumismo é um prazer momentâneo, o que o faz ser tão eficaz, pois se retroalimenta, conquanto, como uma espécie de “remédio paliativo” acaba sempre permitindo que a “doença” volte.

A busca por reconhecimento é uma forma de fazer-se existir em um mundo, por vezes a necessidade de abandonar o sentimento de desamparo obriga os indivíduos a utilizarem a única maneira que se apresenta à sua escolha, a violência. A violência representa uma subversividade subjetiva do ser humano, uma busca de empoderamento e reconhecimento através de um modo primitivo, que instintivamente apresenta-se aos desajustados como uma saída, principalmente quando ela é fruto de um “efeito manada” e é aceita por uma comunidade.

O sujeito vive à busca de aceitação que só se dá pela existência e reconhecimento promovido pelo outro, logo, subjetivamente, o ser humano sempre busca a sua própria existência e o sentido da mesma no outro, que ele reconhece como diferente, porém, não inferior. Só faz sentido criar o conceito de “nós” perante a existência do conceito “eles” e, da mesma forma, “eles” tampouco existiriam, como grupo social assim percebido, sem a presença de “nós”.

O terrorismo promovido pelo Projeto Desordem e Destruição acaba sendo uma forma de destruir os signos opressores da sociedade, busca uma profanação ao que esta carrega por sagrado, como sua história a ser venerada, o dinheiro a ser ganho e o conforto a ser mantido, tudo para explicar o motivo pelo qual todos aceitam abrir mão de suas liberdades em prol de uma promessa que não é cumprida. Ademais, por meio do terrorismo, os sujeitos sentem-se adentrando o direito, mesmo que para a “danação” estipulada por eles.

Neste sentido, o presente artigo busca expor a complexidade dos desejos como promovedores da perseguição por ideais. A necessidade dos indivíduos de fazerem-se reconhecer e não mais sentirem-se desamparados, não serem “uma geração perdida na história”, mesmo que o reconhecimento venha com cunho negativo ele apresenta-se necessário, e, por vezes, a violência é a única forma de atingir o objetivo de sentir-se

parte de algo e da mesma forma parte do todo. A subversão acaba por ser a forma possível de liberdade.

## REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Trad. de Iraci D. Poleti. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.
- AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Trad. Henrique Burigo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BAUDRILLARD, Jean. *La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras*. Trad. de Alcira Bixio. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S.A., 2012.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade. A busca por segurança no mundo atual*. Trad. de Plínio Dentzein. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização. As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida a crédito: conversas com Citlali Reviroza-Madrado*. Trad. de Alexandre Wernek. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- BECK, Ulrich. *Risk society. Towards a new modernity*. Londres: Sage Publications, 1992.
- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *O direito na sociedade complexa*. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Trad. Maurício Santana Dias; 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- CORRÊA, Darcísio. *Estado, Cidadania e espaço público*. Ijuí: Unijuí, 2010.
- DOUZINAS, Costas. *O fim dos direitos humanos*. São Leopoldo: Unisinos, 2009.
- ENRIQUEZ, Eugene. *Da horda ao Estado: Psicanálise do vínculo social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.
- HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. Trad. George Sperber, Paulo Astor Soethe e Milton Camargo Mota. São Paulo: Edições Loyola, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- KANT, Immanuel. *À paz perpétua*. Trad. de Marcos Zingano. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- LACAN, Jacques. *A relação de objeto. O Seminário, livro 4*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

LEWIS, A. Coser. *The functions of social conflict*. Routledge e Kegan Paul. Boston University, 1965.

LUCAS, Douglas Cesar. *Direitos humanos e interculturalidade: um diálogo entre a igualdade e a diferença*. Ijuí: Unijuí, 2010.

MACKENZIE, W. J. M. *Poder, violência, decisão*. Trad. de A. Penteados dos Reis. Rio de Janeiro: Artenova; Editora da Universidade de Brasília, 1978.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não-violência*. Percurso filosófico. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

PALAHNIUK, Chuck. *Clube da luta*. Trad. de Cassius Medauar. São Paulo: Leya, 2012.

RESTA, Elígio. *Percursos da identidade: uma abordagem jusfilosófica*. Trad. de Douglas Cesar Lucas. Ijuí: Unijuí, 2014.

ZIZEK, Slavoj. *Bem-vindo ao deserto do real!:* cinco ensaios sobre o 11 de setembro e datas relacionadas. Trad. de Paulo Cesar Castanheira. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZIZEK, Slavoj. *Violência*. Trad. de Miguel Serras Pereira. São Paulo: Boitempo Editorial. 2014.

ZIZEK, Slavoj. *Vivendo no fim dos tempos*. Trad. de Maria Beatriz de Medina. São Paulo: Boitempo Editorial. 2014.